



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME**
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**331^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social**

Ata da ordem dos dias 12 e 13 de setembro de 2024

Brasília/DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME**
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 331^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

Local Virtual: Plataforma Zoom

Data: 12 e 13/09/2024

1 Nos dias doze e treze do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro realizou-se a 331^a Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, sob a Coordenação da Conselheira, Sra.
3 Márcia de Carvalho Rocha, Vice-Presidente do CNAS e Representante da Federação Nacional das
4 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAES) e contou com a participação dos
5 seguintes conselheiros: Sr. Ricardo de Santana Marques, Representante do Colegiado Nacional de
6 Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS); Sr. Ismael Ultino Tavalone,
7 Representante do Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores (MONPAD); Sra.
8 Margareth Alves Dallaruvera, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em
9 Seguridade Social da CUT (CNTSS/CUT); Sra. Emilene Oliveira Araújo, Representante da
10 Sociedade Bíblica do Brasil; Sra. Jucileide Ferreira do Nascimento, Representante do Conselho
11 Federal de Serviço Social (CFESS); Sra. Aldenora Gomes González, Representante do Instituto
12 Ecovida; Sra. Rafaelly Machado da Silva, Representante do Movimento Nacional População de Rua
13 (MNPR); Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral; Sr. Clóvis Alberto Pereira, Representante
14 da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Sra. Ana Gabriela Filippi Sambiase,
15 Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
16 Sr. Raimundo Nonato Lopes de Sousa, Representante do Ministério do Desenvolvimento e
17 Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sra. Tânia Soares de Souza, Representante do Fórum
18 Nacional de Secretários de Estado (FONSEAS); Sra. Maria Aparecida Guerra Vicente, Representante
19 da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS); Sr. Elias de Sousa Oliveira, Representante
20 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sra. Eutália
21 Barbosa Rodrigues Naves, Representante da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania; Secretária
22 Nacional de Renda de Cidadania; Sra. Irene Rodrigues da Silva, Representante da Confederação dos
23 Trabalhadores no Serviço Público Municipal; Sra. Solange Bueno, Representante do Fórum Nacional
24 dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social (FNU-SUAS); Sra. Andréia Fernandes Teixeira,
25 Representante da Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI); Sra. Cristiane do Monte Soares,

26 Coordenadora de Gestão de Pessoas do CNAS; Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola, Representante
27 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sra. Solange
28 Teixeira, Representante da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS; Sra. Maria Carolina
29 Pereira Alves, Representante da Secretaria Nacional de Cuidados e Família; Sr. Heitor Márcio
30 Pinheiro Santos, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
31 (CONGEMAS); Sr. Marcílio Marquesini Ferrari, Representante Ministério do Desenvolvimento
32 Social, Assistência e Combate à Fome; Sra. Amanda Simone Silva, Representante do Ministério do
33 Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; bem como a Sra. Thais Pereira
34 Braga, Secretária-Executiva Substituta do CNAS. **ABERTURA:** A Vice-Presidente do CNAS, Sra.
35 Márcia de Carvalho Rocha, saudou a todos os partícipes e realizou a abertura da reunião solicitando
36 que, para manter a paridade dentro da Presidência Ampliada, o Conselheiro, Sr. Elias de Sousa
37 Oliveira, coordenasse a mesa, havendo assim membros da sociedade civil e do Governo. Adiante, foi
38 concretizada chamada para verificação do *quórum*. Verificada a presença dos conselheiros e
39 conselheiras, partiu-se para a aprovação da ata da 330^a Reunião Ordinária do CNAS, que foi aprovada
40 por unanimidade. Seguidamente, foi apresentada a pauta para referida reunião e o Sr. Regis Aparecido
41 Andrade Spindola solicitou a inclusão da apresentação, por parte do Ministério da Justiça, acerca da
42 Campanha Nacional de Coleta de DNA e Impressão de Papiloscopia de Pessoas vívidas com a
43 identidade desconhecida. Em seguida, o Sr. Marcílio Marquesini Ferrari realizou apresentação sobre
44 o funcionamento da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Após, aberto o regime de
45 debate, a Sra. Jucileide Ferreira do Nascimento enfatizou que é necessário refletir sobre a forma como
46 o Conselho Nacional de Assistência Social fará a reconstrução do SUAS, tendo em vista que houve
47 um novo corte no orçamento. Inferiu também que existe uma preocupação relacionada a capilaridade,
48 transversalidade e a intersetorialidade, porém nada foi concretizado dentro das Secretarias, que são
49 órgãos do Governo. Já a conselheira, Sra. Irene Rodrigues da Silva, acrescentou que para realizar a
50 reconstrução do SUAS é necessário os trabalhadores desse sistema sejam valorizados. A Sra. Solange
51 Bueno também pontuou sobre os recursos destinados ao SUAS e o corte realizado nesse orçamento,
52 inferindo acerca da importância de voltar com a formação e capacitação, principalmente para o setor
53 de Vigilância Socioassistencial. Seguidamente, a conselheira, Sra. Margareth Alves Dallaruvera,
54 inqueriu, acerca da reconstrução do SUAS, como é possível realizar tal reconstrução e valorizar os
55 profissionais e trabalhadores com o corte no orçamento de 6 bilhões? Em seguida, a Sra. Maria
56 Aparecida Guerra Vicente parabenizou pela apresentação e questionou se existe alguma previsão,

57 mesmo com a questão orçamentária, de reverter a situação da rede socioassistencial. Em resposta, o
58 Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola informou que seu maior compromisso é com a política, e para
59 o devido fim, tem trabalhado arduamente junto à equipe para fazer as disputas necessárias a fim de
60 qualificar o SUAS e ampliar, dirimindo, assim, as dificuldades apresentadas. O Sr. Elias de Sousa
61 Oliveira enfatizou a promessa de expandir os serviços, bem como de equalizar os valores e reforçou
62 que o caminho possível para tal é a aprovação da PEC 387. Em complementação, o Sr. Marcílio
63 Marquesini Ferrari informou que no mês de outubro será realizada uma prestação de contas de todas
64 as ações da Gestão do Trabalho no âmbito da Comissão de Política da Assistência Social, e que estará
65 à disposição para enviar as informações pertinentes ao pleno. Adiante, passou-se ao relato da
66 Comissão de Normas e houve a apreciação da minuta de resolução sobre os parâmetros para atuação
67 da Política Pública de Gestão Social e do Sistema Público de Gestão Social SUAS no atendimento às
68 pessoas em sofrimento e/ou transtorno mental em processo de desinstitucionalização de alas ou
69 instituições congêneres de custódia, tratamento psiquiátrico e para aquelas que requeiram cuidados
70 prolongados e intensivos em saúde e suas famílias. Aberto para discussão e debate, a Sra. Andréia
71 Fernandes Teixeira solicitou que a Resolução fosse encaminhada para Federação Nacional dos
72 Psicólogos – FENAPSI, bem como para a Rede Nacional Internúcleos Da Luta Antimanicomial –
73 RENILA. A Sra. Maria Aparecida Guerra Vicente também propôs que o documento fosse
74 encaminhado à Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS. A Representante da
75 Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, Sra. Irene Rodrigues da Silva,
76 sugeriu que a Resolução seja encaminhada à todas as entidades sindicais que compõem o CNAS, bem
77 como para o Fórum de Articulação Nacional de Entidades e Organizações de Caráter Sindical –
78 FANTSUAS. Após, em regime de votação, a Resolução foi aprovada, à unanimidade, com 17 votos.
79 Posteriormente, a convidada, Sra. Iara Sennes, Coordenadora de Políticas sobre Pessoas
80 Desaparecidas – SENASP/MJ, apresentou a Campanha Nacional de Coleta de DNA e impressão
81 papiloscópicas de pessoas vivas com identidade desconhecida. Adiante, o Sr. Regis Aparecido
82 Andrade Spindola inferiu que para haver uma parceria entre o SUAS e a campanha apresentada pelo
83 Ministério da Justiça, é necessário que haja uma garantia que os dados repassados pelo SUAS não
84 sejam utilizados para uma finalidade criminológica. O conselheiro, Sr. Heitor Márcio Pinheiro
85 Santos, parabenizou a iniciativa e pontuou ser favorável as ações apresentadas, desde que exista a
86 garantia que esses movimentos cheguem aos 5.570 municípios do Brasil, pois alguns usuários e
87 pessoas desconhecem tais informações. Já a Sra. Irene Rodrigues da Silva pontuou sobre a

88 importância da campanha de busca pelos desaparecidos e inferiu sobre a retomada da campanha sobre
89 o tráfico de pessoas. A conselheira, Sra. Tânia Soares de Souza, propôs que a pauta seja encaminhada
90 ao Fórum Nacional de Secretários de Estado – FONSEAS e que o Ministério da Justiça seja convidado
91 para início de um diálogo, junto à instituição, a fim de articular que a Campanha aconteça da melhor
92 forma possível, observando a realidade e individualidade de cada Estado. Dando sequência a pauta,
93 o Conselho Nacional do Direito à Criança e Adolescente - CONANDA, realizou a apresentação do
94 Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Seguidamente, aberto o debate acerca do
95 tema, a Conselheira, Sra. Rafaelly Machado da Silva, inferiu que apesar de ser um excelente projeto,
96 são questões muito técnicas, e quando passa-se para a prática não são colocadas em evidência, ou
97 seja, o que está no Plano Nacional é diferente do que é realizado na realidade. Concluiu sua fala
98 afirmando que falta acompanhamento as mães que perdem o rompimento de vínculos com seus filhos.
99 O Sr. Elias de Sousa Oliveira pontuou que é necessário reposicionar o sistema de justiça para as
100 questões que envolvem adoção e monitoramento, devido a importância do tema. Seguidamente, a Sra.
101 Solange Bueno informou sobre a preocupação com as crianças com deficiência, pois representam o
102 maior número de não-adoção. Reformou também, sobre a necessidade de acompanhar essas
103 instituições de acolhimento. O Sr. Ricardo de Santana Marques, proferiu que sistema de justiça
104 precisa repensar a questão do acolhimento, pois existem decisões enviesadas que desrespeitam o
105 entendimento e a vivência das equipes locais que acompanham as famílias. O conselheiro, Sr. Clóvis
106 Alberto Pereira, enfatizou que o Plano só deverá ser posto em prática quando houver qualidade no
107 trabalho dos profissionais que estão atendendo, na capacitação e treinamento, para que haja
108 conscientização desses profissionais. Ato contínuo, o Diretor Executivo do Fundo Nacional de
109 Assistência Social – SNAS, Sr. José Arimateia de Oliveira, fez a apresentação da Cartilha de Emendas
110 Parlamentares PLOAS – 2025. Seguidamente, em regime de debate, a Sra. Emilene Oliveira Araújo
111 parabenizou pela apresentação e enfatizou que a cartilha não traz muitas questões relacionadas as
112 entidades, apenas algumas observações e critérios estipulados. Diante disso, inqueriu se existe algum
113 debate ou discussão que estenda para o assessoramento, bem como para defesa e garantia de direitos.
114 O Sr. Heitor Márcio Pinheiro Santos questionou se não haveria a possibilidade de transformar, os
115 dados apresentados, em vídeos curtos e fossem repassados ao parlamento dos municípios, por se tratar
116 de informações extremamente importantes. Em resposta, o Diretor Executivo do Fundo Nacional de
117 Assistência Social – SNAS informou que a primazia do objetivo da ação orçamentária é o
118 fortalecimento da execução dos serviços. Após, o Sr. Adailton Amaral, Assessor SNAS-MDS,

119 realizou a apresentação sobre a execução orçamentária anual. Adiante, a Conselheira, Sra. Aldenora
120 Gomes González, prosseguiu com o relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da
121 Assistência Social, e realizou a leitura da proposta de carta compromisso com o SUAS, destinada aos
122 candidatos(as) a Prefeitos(as) e Vereadores(as) de todo o país. Após, o Sr. Ismael Ultino Tavalone
123 parabenizou pela ação da Comissão. Seguidamente, procedeu-se ao relato da Comissão Conjunta
124 entre Comissão de Política, Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e Comissão de
125 Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda, pela Sra. Eutália
126 Barbosa Rodrigues Naves. Sem maiores objeções, o relato foi aprovado à unanimidade pelos
127 Conselheiros. Posteriormente, o Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola realizou a leitura da memória
128 da reunião conjunta entre a Comissão de Políticas de Assistência Social do CNAS e da Comissão de
129 Políticas do CONANDA, e, como encaminhamento, foi proposto verificar com o CONANDA a
130 possibilidade de prorrogação, por mais 30 dias da data informada – 11 de outubro, para que o Plano
131 Nacional de Convivência Familiar seja colocado em Consulta Pública. Em sequência a pauta
132 estabelecida, passou-se para os esclarecimentos acerca da paridade nas instâncias de participação
133 social do Governo Federal, e a participação dos representantes da sociedade civil no Fórum
134 Interconselhos. Para tal, foram convidados a Sra. Caroline Buosi, Coordenadora-Geral de
135 Participação Social, a Sra. Jéssica Leite Silva, Chefe de Assessoria de Participação Social e
136 Diversidade e o Sr. Marcelo Pires Mendonça, Coordenador de Articulação. Aberto para debate acerca
137 do tema, a Sra. Irene Rodrigues da Silva inferiu sobre o aplicativo utilizado para realização das
138 reuniões. Em complementação, a Sra. Solange Bueno enfatizou que a metodologia utilizada é muito
139 impositiva, não havendo acessibilidade para pessoas com deficiência. Já a conselheira, Sra. Aldenora
140 Gomes González, assentiu que é necessário a busca por plataformas que sejam de fácil acesso, haja
141 vista que muitas pessoas não sabem utilizar, de forma correta, certas tecnologias. A Sra. Rafaelly
142 Machado da Silva solicitou que a Secretaria Nacional de Participação Social some esforços,
143 juntamente ao CNAS, para que seja viabilizada uma agenda com o Presidente Lula a fim de dialogar
144 sobre as dificuldades do SUAS. O conselheiro, Sr. Clóvis Alberto Pereira, reforçou a necessidade de
145 implementação da plataforma utilizada para realização das reuniões, para que possa ser acessível às
146 pessoas com deficiência. Seguidamente, a Sra. Andréia Fernandes Teixeira proferiu acerca da
147 burocracia utilizada para participação e questionou que nas próximas reuniões que estão agendadas,
148 a dinâmica utilizada deve ser aprimorada para que não haja intercorrências. Seguidamente, a Sra.
149 Margareth Alves Dallaruvera realizou a leitura do Relato da reunião entre a Comissão de

150 Acompanhamento aos Conselhos - CAC e o Conselho Estadual de Assistência Social de Tocantins -
151 CEAS-TO. Diante do exposto, o conselheiro, Sr. Elias de Sousa Oliveira questionou se o CEAS-TO
152 fez alguma articulação ou denúncia junto ao Ministério Público do Estado de Tocantins em relação à
153 situação das condições de funcionamento e as dificuldades para o exercício das funções de controle
154 social. A Sra. Eutália Barbosa Rodrigues Naves propôs que fosse realizada uma reunião, de forma
155 virtual, entre a gestão para verificar as possíveis irregularidades encontradas no CEAS-TO. Em
156 resposta aos conselheiros, a Coordenadora da CAC, Sra. Margareth Alves Dallaruvera, informou que
157 não foi feita denúncia junto ao Ministério Público e complementou enfatizando que as denúncias
158 surgiram durante a reunião trimestral do Conselho. O Conselheiro Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa
159 Ferreira Cabral inferiu que há necessidade de apoio, por parte do CNAS, ao CEAS-TO e que a
160 denúncia seja apurada e encaminhada aos órgãos competentes para resolução das tratativas. Em
161 complementação, a Sra. Rafaelly Machado da Silva pontuou sobre a possibilidade do CNAS
162 oficializar os órgãos de controle externo do Estado, bem como inserir o tema como ponto de pauta
163 para a próxima reunião da Presidência Ampliada. Como encaminhamento, sugere-se convidar o
164 conselheiro, Sr. Heitor Márcio Pinheiro Santos, para realizar visita, *in loco*, às dependências do
165 Conselho Estadual de Assistência Social do Tocantins. Após, a conselheira, Sra. Margareth Alves
166 Dallaruvera, proferiu a leitura do relato da Reunião Extraordinária que ocorreu no dia 23 de agosto
167 de 2024, de forma virtual, bem como o relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos -
168 CAC. Aberto para considerações, o Sr. Elias de Sousa Oliveira enfatizou que a capacitação é
169 importante, porém é necessário verificar se o CNAS já possui algum manual com orientações
170 técnicas, e caso não possua, construir tal documento com os parâmetros mínimos para funcionamento
171 das Secretarias-Executivas dos Conselhos Estaduais e Municipais. A Sra. Rafaelly Machado da Silva
172 pontuou que não existe uma capacitação específica para o controle social e propôs que seja pleiteado
173 para que seja realizada a capacitação dos conselheiros estaduais e municipais no CapacitaSUAS. O
174 conselheiro, Sr. Marcílio Marquesini Ferrari, informou que as demandas apresentadas já estão em
175 fase de contemplação, pois a medida que forem realizadas análises qualitativas e levantamentos sobre
176 a necessidade de capacitação, serão traçadas estratégias para construir um cronograma de ofertas.
177 Seguidamente, como encaminhamento, foi proposto solicitar ao Ministério do Desenvolvimento e
178 Assistência Social, Saúde e Combate à Fome - MDS que disponibilize vagas para os conselheiros do
179 CNAS nas capacitações operacionalizadas e em todos os eventos de capacitações. Posteriormente, a
180 Sra. Ana Lúcia Andrade, procedeu a leitura da memória da Comissão de Benefícios Socioassistencias

181 e Transferência de Renda. Adiante, o Sr. Elias de Sousa Oliveira realizou a leitura da memória da
182 Reunião da Comissão de Normas, realizada em setembro de 2024. Seguidamente, passou-se à leitura
183 da proposta de Resolução que institui o Grupo de Trabalho para debater as questões e dimensões do
184 racismo presentes no Sistema Único de Assistência Social, denominado GT SUAS sem racismo. Em
185 regime de votação, os conselheiros: Sra. Ana Lúcia Andrade, Sra. Emilene Oliveira Araújo, Sr. Ismael
186 Tino Tavallone, Sra. Margareth Alves Dallaruvera, Sra. Maria Aparecida Guerra Vicente, Sra.
187 Solange Bueno, Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Sr. José Miguel da Costa Júnior,
188 Sr. Eduardo Dalbosco, Sra. Tânia Soares de Souza, Sr. Elias de Sousa Oliveira, Sra. Amanda Simone
189 Silva, Sra. Márcia de Carvalho Rocha, Sra. Shirley de Lima Samico, Sr. Raimundo Nonato Lopes de
190 Sousa registraram voto favorável oralmente. Encerrada a votação, a Vice-Presidente do CNAS, Sra.
191 Márcia de Carvalho Rocha, proclamou o resultado da APROVAÇÃO da Resolução que institui o
192 Grupo de Trabalho para debater as questões e dimensões do racismo presentes no Sistema Único de
193 Assistência Social, denominado GT SUAS sem racismo. Em seguida, passou-se a leitura da minuta
194 de Resolução que dispõe do processo de eleição da representação da sociedade civil do Conselho
195 Nacional de Assistência Social, gestão 2024-2026, para uma vaga como representante do segmento
196 de entidades e organizações de assistência social, na condição de terceiro suplente; e a leitura do edital
197 CNAS-MDS que torna público aos representantes de entidades e organizações de assistência social
198 de âmbito nacional a realização de assembleia de eleição da sociedade civil no Conselho Nacional de
199 Assistência Social para preencher uma vaga na condição de terceiro suplente na categoria de entidades
200 e organizações da sociedade civil na gestão 2024-2026, a ser realizada em local e horário a ser
201 divulgado. Em regime de votação, os conselheiros: Sra. Ana Lúcia Andrade, Sr. Elias de Sousa
202 Oliveira, Sra. Emilene Oliveira Araújo, Sr. Heitor Márcio Pinheiro Santos, Sra. Margareth Alves
203 Dallaruvera, Sra. Maria Aparecida Guerra Vicente, Sr. Raimundo Nonato Lopes de Sousa, Sra.
204 Shirley de Lima Samico, Sra. Tânia Soares de Souza, Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira
205 Cabral, Sr. José Miguel da Costa Júnior, Sr. Eduardo Dalbosco, Sra. Amanda Simone Silva e a Sra.
206 Márcia de Carvalho Rocha registraram voto favorável oralmente. Em abstenção constaram os
207 seguintes conselheiros: Sra. Aldenora Gomes González, Sr. Ismael Ultino Tavalone e Sra. Solange
208 Bueno. Encerrada a votação, a Vice-Presidente do CNAS, Sra. Márcia de Carvalho Rocha, proclamou
209 o resultado da APROVAÇÃO da Resolução que dispõe do processo de eleição da representação da
210 sociedade civil do Conselho Nacional de Assistência Social, gestão 2024-2026, para uma vaga como
211 representante do segmento de entidades e organizações de assistência social, na condição de terceiro

212 suplente; bem como do edital CNAS-MDS que torna público aos representantes de entidades e
213 organizações de assistência social de âmbito nacional a realização de assembleia de eleição da
214 sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social para preencher uma vaga na condição de
215 terceiro suplente na categoria de entidades e organizações da sociedade civil na gestão 2024-2026, a
216 ser realizada em local e horário a ser divulgado. Adiante, a Sra. Márcia de Carvalho Rocha procedeu
217 a leitura da memória da reunião da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências
218 de Assistência Social, realizada em setembro de 2024. Seguidamente, a conselheira, Sra. Jucileide
219 Ferreira do Nascimento, parabenizou a referida Comissão e sugeriu que a metodologia utilizada pela
220 Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social seja utilizada
221 para trabalhar dentro dos planos de ação do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Ato
222 contínuo, passou-se a leitura do relado da Presidência Ampliada. Como ponto de encaminhamento,
223 foi enfatizado que a convocatória para a 332ª Reunião Ordinária do CNAS seja enviada e verificada
224 a possibilidade de viabilizar que os conselheiros da sociedade civil possam comparecer à reunião no
225 horário designado. Seguidamente foi pautado, como encaminhamento, que quando houver
226 Audiências de Consulta Pública, seja repassado, juntamente com o material, orientações quanto à
227 possibilidade dos conselheiros poderem, ou não, participar dos debates nos territórios sobre o tema
228 da Consulta Pública. Após, acerca da composição do Grupo de Trabalho para debater procedimentos
229 e produzir subsídios para realização das conferências livres no âmbito da política nacional de
230 assistência social, foram designados os seguintes membros: Sra. Maria Gonçalves da Conceição
231 (Representante dos Usuários), Sra. Margareth Alves Dallaruvera (Representante dos Trabalhadores),
232 Sr. Alessandro Tiezzi (Representante das Entidades), Sr. Heitor Márcio Pinheiro Santos
233 (Representante do Governo), Sr. Eduardo Dalbosco (Representante do Governo) e Sra. Tânia Soares
234 de Souza (Representante do Governo). Adiante, propôs-se que a proposta de Nota Técnica elaborada
235 pela Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social seja pautada na reunião da
236 Presidência Ampliada. Ato contínuo, foi aprovada a pauta para 332ª Reunião Ordinária do Conselho
237 Nacional de Assistência Social – CNAS. **ENCERRAMENTO:** Feitos os agradecimentos finais, a
238 Sra. Márcia de Carvalho Rocha, declarou encerrada a 331ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional
239 de Assistência Social - CNAS.

240

241

Márcia de Carvalho Rocha

242

Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social

243

244

Brasília/DF

245

Setembro de 2024